

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.250.621 - RS (2018/0037351-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : F A C D A S
ADVOGADO : MARCELO LUIS MARTINS DA SILVA - PR051985
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o juízo da Execução Penal indeferiu pedido formulado pela defesa de entrada de alimentação para as filhas do agravante, durante visita ao presídio.

A defesa interpôs recurso de agravo em execução penal que foi desprovido, em acórdão assim ementado:

EXECUÇÃO PENAL DIREITO DE VISITAÇÃO. INGRESSO DE CRIANÇAS, MAIORES DE SEIS ANOS, NA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA COM ALIMENTOS. VEDAÇÃO. PORTARIA 54/2016 DO DEPEN. FALTA DE PREJUÍZO ÀS MENORES. RESTRIÇÕES EM PROL DO INTERESSE DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA MANUTENÇÃO DA DISCIPLINA PRISIONAL.

1. *A restrição ao direito de visita é ínsita ao mérito administrativo, pois a Lei de Execuções Penais, em seu art. 41, 'caput' e parágrafo único, autoriza o diretor do estabelecimento a restringir ou suspender, motivadamente, direitos dos internos, entre eles, a visita.*

2. *A Portaria 54/2016 do DEPEN não viola o ECA porque não tem por escopo afastar o convívio ou o contato dos filhos com os apenados, cingindo-se a estabelecer limites quanto à visita, a fim de garantir a segurança pública e a manutenção da disciplina prisional.*

3. *O impedimento de que crianças maiores de seis anos ingressem no estabelecimento prisional com alimentos não traz riscos à saúde destas, que podem alimentar-se antes e após a visita, a qual não se realiza em horários próprios às principais refeições diárias. (fl. 72).*

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação aos arts. 3º, 4º, 17 e 18, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmando existir discriminação das crianças de 06 a 12 anos pela penitenciária de Catanduvas, decorrente da proibição de

ingresso de alimentos para essas crianças, no período da visitação.

Contrarrazões (fls. 107/116).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o acórdão estar em consonância com entendimento do STJ, conforme Súmula 283 do STF (fls. 130/131).

Em sede de agravo em recurso especial, o agravante refuta o referido óbice (fls. 143/152).

Contraminuta (fls. 169/179).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 215/217).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacado o fundamento da decisão agravada.

Passo à análise do recurso especial.

O acórdão recorrido assim considerou (fls. 65/67):

2. Do direito de visita. O art. 41 da Lei de Execuções Penais elenca diversos direitos dos presos, dentre eles o de receber visitas e de participar de atividades recreativas. A restrição ao direito de visita é ínsita ao mérito administrativo e o referido dispositivo legal inclusive autoriza que o diretor do estabelecimento restrinja ou suspenda direitos dos internos, entre eles a visitação. Daí extrai-se que o direito de visita não é absoluto, oponível a qualquer pessoa e tempo, sendo passível de restrições por meio de atos motivados exarados pela autoridade competente.

O Decreto nº 6.049/2007, que aprovou o Regulamento Penitenciário Federal, na questão relativa às visitas, assim dispõe:

'Art. 91. As visitas têm a finalidade de preservar e estreitar as relações do preso com a sociedade, principalmente com sua família, parentes e companheiros.

Parágrafo único. O Departamento Penitenciário Nacional disporá sobre o procedimento de visitação.

Art. 92. O preso poderá receber visitas de parentes, do cônjuge ou do companheiro de comprovado vínculo afetivo, desde que devidamente autorizados.

§ 1º As visitas comuns poderão ser realizadas uma vez por semana, exceto em caso de proximidade de datas festivas, quando o número poderá ser oàþð, a critério do diretor do estabelecimento penal federal.

§2º O período de visitas é de três horas.

Note-se que o Decreto nº 6.049/2007, supra transcrito, não dispõe expressamente acerca da visitação de filhos. O direito de receber visitas deve ser cotejado com o direito dos filhos de manter contato com seu genitor, que se encontra custodiado em estabelecimento penitenciário de segurança máxima, com regramentos mais rígidos, como também as circunstâncias em que ocorrerão a visita.

O parecer exarado pela ilustre Procuradora Regional da República. Dra. Maria Valesca de Mesquita, com profundidade solve a controvérsia, em fundamentação a que adoto, também, como razões do decidir:

'9. A Lei nº 12.962/14, portanto, objetiva proteger e garantir a convivência familiar das crianças e adolescentes com os pais que se encontram privados de sua liberdade. No caso em tela, portanto, não se infringe o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque não se está afastando esta convivência, ou tentando impedir que os filhos do apenado mantenham contato.

10. Todavia, com a alteração do ANA, não se estabeleceu a forma e as circunstâncias pelas quais ocorreria a visita, até porque tal matéria encontra-se na seara afeta à execução penal, que envolve uma série de circunstâncias relacionadas à segurança pública. Neste ponto, cumpriu ao ECA apenas reafirmar o direito das crianças e adolescentes à visitação de pais segregados, não se podendo sobrepor ou estabelecer normas que adentrem na questão da segurança pública.

11. No contexto, portanto, não se pode alegar ferimento aos arts. 2º, 3º e 5º do referido Estatuto, tampouco ao art 2º da Convenção sobre os Direitos da Criança, que dispõe acerca da obrigação de proteção, de parte do Estado, relativamente a qualquer tipo de discriminação, independente da situação dos pais.

12. No caso concreto, não se está a discriminar criança no sentido em que a referida norma está a abarcar. Isso porque o magistrado da Seção de Execução Penal de Catanduvas, ao não permitir que as filhas do apenado, com cerca de mais de sete anos (entre 06 e 08), ingressem no estabelecimento prisional com recipientes contendo líquidos, apenas estão cumprindo a Resolução nº 54-2016 do DEPEND, a qual, em seu capítulo III, permite que criança de até 6 anos de idade ingressem com os líquidos. Verifico que esta norma, ao permitir líquidos a menores de 6 anos, de certa forma, observa a peculiaridade da fase na qual se encontram. Nenhuma criança, a partir de tal idade, poderá ingressar no presídio com estes alimentos, de acordo com a referida Resolução.

13. Ao contrário do alegado pelo recorrente, quem de certa forma criou situação diferenciada a

determinadas crianças, em detrimento de outras, /á que deferiu o pedido do ora agravante, foi o magistrado da 3ª Vara Federal de Porto Velho/RO.

14. Em que pese o art. 3º da Convenção sobre os Direitos das Crianças estabeleça que as decisões fornadas por órgãos públicos devem levar em conta a proteção às crianças, o magistrado, ao negar o ingresso de determinados aumentos, juntamente com o adulto acompanhante do menor, não está, necessariamente, infringindo tal norma, pois prejuízo às menores não há.

(...)

16. Por derradeiro, destaco que o impedimento de que crianças maiores de seis anos ingressem no estabelecimento prisional com alimentos não traz riscos à saúde destas, que podem alimentar-se antes e após a visita, a qual não se realizada em horários próprios às principais refeições diárias.

[..]

Portanto, o dispositivo na Portaria 54/2016 do DEPEN questionado não viola ou ameaça direito garantido às crianças. A regulamentação do DEPEN apenas limita a previsão legal de visitação a fim de garantir a segurança pública e a manutenção da disciplina prisional.

Contudo, o recorrente não rebate o principal fundamento da Corte Estadual, o de que - ***O art. 41 da Lei de Execuções Penais elenca diversos direitos dos presos, dentre eles o de receber visitas e de participar de atividades recreativas. A restrição ao direito de visita é ínsita ao mérito administrativo e o referido dispositivo legal inclusive autoriza que o diretor do estabelecimento restrinja ou suspenda direitos dos internos, entre eles a visitação*** – limitando-se a alegar violação a dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que atrai o óbice da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

Diante do exposto, conheço do agravo em recurso especial para, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

